

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

UMA VISÃO GERAL

LUIZ CEZAR LOUREIRO DE AZEREDO

Brasília, Novembro/2012

ANTECEDENTES

- A Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010, estabeleceu, em seu Artigo 90, parágrafo. 30, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.
- O Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia Nacional de Defesa, promulgada em 2008 e atualizada em 2012, e à Política Nacional de Defesa , instituída em 1996 e reformulada em 2005, como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

OBJETIVOS DO LIVRO BRANCO

- Estimular a discussão sobre a temática de defesa no âmbito da sociedade brasileira;
- Constituir-se em mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre a adequação da estrutura de defesa existente aos objetivos traçados pelo poder público;
- Contribuir para o aprimoramento do processo de confiança mútua e fortalecer a cooperação com os países da América do Sul;
- Fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas e a consequente eliminação das hipóteses de guerra;

OBJETIVOS LIVRO BRANCO

- Demonstrar aos países de fora da região que nossa defesa possui caráter essencialmente dissuasório e está organizada para evitar que o Brasil sofra ameaças;
- Assegurar a transparência, interna e externa, dos critérios de emprego das nossas Forças Armadas;
- Enfatizar o princípio de que defesa não é delegável e que o Brasil tem que sempre estar preparado para combater qualquer agressão;

ESTRUTURA DO LIVRO BRANCO

- O Livro Branco de Defesa Nacional está estruturado em 6 capítulos:
 1. O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional;
 2. O Ambiente Estratégico do Século XXI;
 3. A Defesa e o Instrumento Militar;
 4. Defesa e Sociedade;
 5. Transformação da Defesa;
 6. Economia da Defesa;

BASES DA AGENDA INTERNACIONAL

Redefinição das funções e das estruturas das instituições de representação política e econômica da comunidade internacional;

Delineamento de um sistema de governança internacional que possibilite a realização de intervenções seletivas justificadas por razões de ordem humanitária e/ou ambiental;

Manutenção do domínio do ciclo de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e controle de seus mecanismos de difusão;

BASES DA AGENDA INTERNACIONAL

Definição de normas e procedimentos que possibilitem a contínua expansão e ofereçam as salvaguardas necessárias ao processo de globalização das atividades econômicas e financeiras.

Estabelecimento de padrões aceitáveis de segurança ambiental.

Definição de critérios para controle e utilização de recursos naturais, com ênfase especial para a biodiversidade, a água e os combustíveis fósseis.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL DÉCADA

- Queda do ritmo de crescimento econômico tanto nos países centrais como nos emergentes;
- Reforço do papel do Estado;
- Aumento do grau de regulação e controle dos mercados;
- Intensa disputa por mercados com a utilização, em muitas situações, do recurso de práticas monetárias e cambiais desleais;

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL DÉCADA

- Deslocamento do eixo estratégico mundial para a região do Pacífico;
- Instabilidade permanente no Oriente Médio;
- Consolidação de novos blocos de países tanto no âmbito global como no regional (G20, BRICS, IBAS, UNASUL, OTCA , etc);
- Valorização crescente das áreas que possuem grandes reservas de recursos naturais.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL DÉCADA

- Importância crescente da exploração dos espaços comuns (oceanos, regiões polares, aéreo, espacial e cibernético) do planeta;
- O desenvolvimento de novas tecnologias promoverá a diversificação das fontes energéticas, a redefinição do mercado de combustíveis fósseis e a redução do nível;
- dependência dos Estados Unidos de fontes externas de energia;

CARACTERÍSTICAS DA ATUAL DÉCADA

- Influência crescente de atores não governamentais, muitas vezes utilizados como biombos para promover causas de interesse das nações hegemônicas, na arena internacional;
- Crescente terceirização das atividades bélicas, especialmente em regiões periféricas, mediante o emprego cada vez mais usual de mercenários, o que minimiza o impacto das intervenções militares na opinião pública das nações hegemônicas .

LBDN- PRESSUPOSTOS BÁSICOS

- A garantia da soberania e da integridade territorial do Brasil vai depender da existência de Forças Armadas preparadas para proteger a nação de eventuais ameaças externas;
- A defesa do Brasil possui caráter essencialmente dissuasório, deve estar preparada para enfrentar ameaças de países de fora da região e não é delegável;
- A capacidade de dissuasão de um país depende de seu poder nacional e é exercida pela utilização dos meios materiais disponíveis;

IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS AMEAÇAS EXTERNAS

Operação aeronaval conduzida por potências hegemônicas no Atlântico Sul objetivando isolar os campos petrolíferos ou impedir o acesso aos portos brasileiros.

Intervenção também realizada por potências hegemônicas, justificada por pretensas alegações de garantia de direitos humanitários de grupos indígenas ou por acusações de falta de cuidados de natureza ambiental, objetivando ocupar áreas de interesse estratégico na Amazônia

Utilização de recursos cibernéticos para desestruturar os sistemas de defesa e a economia do país

CAPACIDADE DE RESPOSTA ÀS AMEAÇAS EXTERNAS

- O Brasil não disporá durante a atual década capacidade de resposta efetiva para enfrentar, em áreas jurisdicionais do país, uma operação aeronaval no Atlântico Sul e terá grandes dificuldades para impedir o isolamento de áreas estratégicas da Amazônia;
- A realização de um esforço contínuo e bem planejado em defesa cibernética permitirá que o Brasil enfrente ameaças virtuais e tenha inclusive capacidade de revidar eventuais agressões;

CONCLUSÃO

Difícilmente o Brasil enfrentará tais ameaças na atual década.

Deve-se no entanto ressaltar que a evolução do quadro internacional trará grandes oportunidades para nosso país mas também aumentará nossos riscos estratégicos o que tornará nas próximas duas décadas as ameaças já referidas mais concretas

CONCLUSÃO

Tornar mais efetiva a capacidade de dissuasão do Brasil vai exigir a alocação de recursos adicionais para financiar o setor de defesa . O país investe anualmente cerca de 1,5% do PIB em defesa. Cumpre ainda ressaltar que em 2011 apenas cerca de 10% desses recursos foram investidos. É preciso realizar um esforço de conscientização da sociedade para que ao final da década o Brasil esteja destinando cerca de 2,0% do PIB para o setor percentual atualmente aplicado pela China.

CONCLUSÃO

Torna-se também necessário acrescentar que é imprescindível desenvolver um processo contínuo de fortalecimento de nossa Base Industrial de Defesa. Tal esforço tem que estar respaldado pelo desenvolvimento de uma capacidade tecnológica autônoma e independente e pela consolidação de um conjunto de empresas de capital e controle efetivamente nacionais evitando, por outro lado, sua compra por grupos internacionais.

CONCLUSÃO

Finalmente é preciso lembrar que Forças Armadas eficientes são formadas por cidadãos conscientes e preparados. O investimento na educação e bem estar do povo brasileiro é o passo inicial para a construção de um eficiente sistema de defesa nacional.

OBRIGADO PELA ATENÇÃO

luizcezar.azeredo@ipea.gov.br

